



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório da Administração



Índice

DADOS DA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA-----	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO-----	7
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)-----	8
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)-----	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-----	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO-----	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)-----	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-----	13
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-----	14
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL-----	14
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-----	14
NOTA 03 - SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS-----	14
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER-----	17
NOTA 05 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)-----	17
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)-----	18
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)-----	19
NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)-----	20
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO-----	20
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS-----	20
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO-----	20
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES-----	20
NOTA 13 - RECEITAS-----	21
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS-----	21
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-----	21
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS-----	21
NOTA 17 - IMUNIDADE DOS IMPOSTOS-----	22
NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS-----	22
NOTA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS-----	22
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO-----	23

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Dados da Organização Religiosa

31 de dezembro de 2016 e 2015



DADOS DA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA

Sede Matriz:

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0001-56

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Administrativas:

Associação Oeste Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0043-05

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

Associação Sul Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0003-18

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Associação Central Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0037-67

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Associação Norte Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0014-70

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguaçú – Maringá / PR

Missão Ocidental Sul Rio-grandense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0018-02

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Associação Sul Rio-grandense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0005-80

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Associação Central Sul Rio-grandense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0027-95

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Associação Norte Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0040-62

Rua Joaçaba, 355 – Saguaiçu – Joinville / SC

Associação Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo Dia

CNPJ 79.080.602/0004-07

Rua Gisela, 900 – Barreiros – São José / SC

Sedes das Igrejas:

Igrejas Adventistas da Associação Oeste Paranaense

CNPJ 79.080.602/0046-58

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Dados da Organização Religiosa

31 de dezembro de 2016 e 2015



Igrejas Adventistas da Associação Sul Paranaense

CNPJ 79.080.602/0035-03

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Igrejas Adventistas da Associação Central Paranaense

CNPJ 79.080.602/0039-29

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Igrejas Adventistas da Associação Norte Paranaense

CNPJ 79.080.602/0034-14

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

Igrejas Adventistas da Missão Ocidental Sul Rio-grandense

CNPJ 79.080.602/0033-33

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Igrejas Adventistas da Associação Sul Rio-grandense

CNPJ 79.080.602/0031-71

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Igrejas Adventistas da Associação Central Sul Rio-grandense

CNPJ 79.080.602/0032-52

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Igrejas Adventistas da Associação Norte Catarinense

CNPJ 79.080.602/0041-43

Rua Joaçaba, 355 – Saguazu – Joinville / SC

Igrejas Adventistas da Associação Catarinense

CNPJ 79.080.602/0030-90

Rua Gisela, 900 – Barreiros – São José / SC

Centrais de Distribuição de Literatura Cristã:

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0019-85

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde do Paraná

CNPJ 79.080.602/0021-08

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde Ocidental Sul Rio-grandense

CNPJ 79.080.602/0022-80

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde do Rio Grande do Sul

CNPJ 79.080.602/0028-76

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde de Santa Catarina

CNPJ 79.080.602/0024-42

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC



Lojas de Literatura Cristã:

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0045-77

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0047-39

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 - Bom Retiro – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0008-22

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0080-50

R Comendador Correia Junior, 219 – Joao Gualberto – Paranaguá / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0049-09

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2245 – Hauer – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0038-48

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0074-01

R Frei Gaspar da Madre de Deus, 707 – Portão – Curitiba / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0016-32

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguaçu – Maringá / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0065-10

Av Juscelino Kubitschek, 388 – Vila Ipiranga – Londrina / PR

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0026-04

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0020-19

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0063-59

R Mali, 95 – Vila Ipiranga – Porto Alegre / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0066-00

R Jose de Alencar, 293 – Rio Branco – Novo Hamburgo / RS

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Dados da Organização Religiosa

31 de dezembro de 2016 e 2015



Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0012-09

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0025-23

Avenida Sebastião Amoretti, 2130 – Centro – Taquara / RS

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0042-24

Rua Joaçaba, 355 – Saguazu – Joinville / SC

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0017-13

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

Serviço Educacional Lar e Saúde

CNPJ 79.080.602/0082-11

R dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC



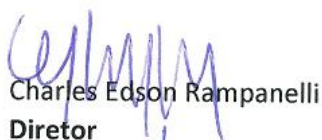
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



Marlinton Souza Lopes

Presidente



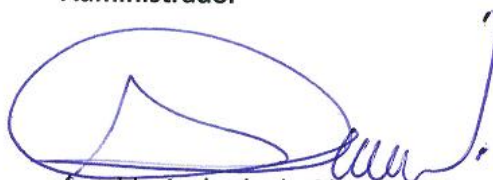
Charles Edson Rampanelli

Diretor



Edson Erthal de Medeiros

Administrador



Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

Contador

CRC/RS 050929/O-5 T-PR



Thiago Leassatti Santos

Controller

CRC/PR 073542/O-2



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Último Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total		528.441.458	485.414.624
1.01	Ativo Circulante	03.1	237.924.553	232.580.219
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	207.839.505	203.427.423
1.01.01.01	Caixa		14.369.255	11.018.764
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		30.895.492	26.616.691
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		162.574.758	165.791.968
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	9.638.460	10.234.588
1.01.02.01	Clientes		1.690.139	1.571.243
1.01.02.02	Adiantamentos a Pessoal		296.005	235.548
1.01.02.03	Entidades Congêneres		12.713	30.345
1.01.02.04	Impostos a Recuperar		82.889	31.536
1.01.02.05	Outros Créditos		7.896.790	8.782.511
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	-340.076	-416.595
1.01.03	Estoques	03.6	17.845.808	15.167.275
1.01.03.01	Materiais de Consumo		678.984	606.072
1.01.03.02	Estoque de Mercadoria		17.166.824	14.561.204
1.01.04	Despesas Antecipadas		2.600.780	3.750.933
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	2.600.780	3.750.933
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	290.516.904	252.834.405
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	5	4.856.432	3.560.544
1.02.01.01	Contas a Receber		296.500	372.466
1.02.01.02	Empréstimos Entidades Congêneres		4.366.341	3.040.000
1.02.01.03	Depósitos Judiciais		128.578	94.193
1.02.01.04	Impostos a Recuperar		18.012	6.885
1.02.01.05	Adiantamento Fornecedores		47.000	47.000
1.02.02	Investimento		600	600
1.02.02.01	Participação Societária		600	600
1.02.03	Imobilizado	03.8 e 06	285.166.586	248.601.714
1.02.03.01	Bens em Formação		66.743.723	49.462.078
1.02.03.02	Terrenos		94.722.994	81.816.860
1.02.03.03	Edifícios e Benfeitorias		117.904.316	111.123.344
1.02.03.04	Instalações		1.437.617	948.135
1.02.03.05	Móveis e Utensílios		16.455.620	13.117.305
1.02.03.06	Máquinas e Equipamentos		38.065.995	31.814.089
1.02.03.07	Veículos		1.631.751	1.314.814
1.02.03.08	Outros Imobilizados		14.463	19.166
1.02.03.09	(-) Depreciação Acumulada		-51.809.892	-41.014.075
1.02.04	Intangível	6	493.287	671.547
1.02.04.01	Direitos de Uso de Softwares		3.594.628	3.536.229
1.02.04.02	(-) Amortização Acumulada		-3.101.342	-2.864.682

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Último Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total		528.441.458	485.414.624
2.01	Passivo Circulante	03.9 a 03.11	39.876.653	32.855.658
2.01.01	Contas a Pagar	03.9 e 07	34.052.301	29.697.205
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		17.128.421	14.438.107
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		148.569	51.103
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		2.680.664	4.245.403
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		3.636.540	2.943.277
2.01.01.05	Entidade Congênere a Pagar		6.099.085	4.723.986
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		4.359.021	3.295.330
2.01.02	Provisões	03.11 e 12	4.989.590	2.391.301
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		2.419.949	1.863.462
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		177.311	197.382
2.01.02.03	Provisões para Contingências		2.392.330	330.458
2.01.03	Fundos em Confiança	12	333.996	251.890
2.01.03.01	Fundos em Confiança		333.996	251.890
2.01.04	Receitas Antecipadas		500.766	515.261
2.01.04.01	Adiantamento de Clientes		500.766	515.261
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	91.564	91.564
2.02.01	Realizável a Longo Prazo		91.564	91.564
2.02.01.01	Fornecedores a Longo Prazo		91.564	91.564
2.03	Patrimônio Líquido	09	488.473.240	452.467.402
2.03.01	Patrimônio Social		402.196.535	376.761.640
2.03.01.01	Patrimônio Social		402.196.535	376.761.640
2.03.02	Reservas		74.553.713	63.982.770
2.03.02.01	Outras Reservas		74.553.713	63.982.770
2.03.03	Avaliação Patrimonial		11.722.992	11.722.992
2.03.03.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial		11.722.992	11.722.992

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota	Último Exercício	Último Exercício
		Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
3.01	Receitas Operacionais	03.13 e 13	265.874.567	250.003.758
3.01.01	Receitas de Doações, Subvenções e Outras		265.874.567	250.003.758
3.01.01.01	Doações Recebidas		254.579.568	239.209.844
3.01.01.02	Subvenções Não Governamental		4.074.659	4.072.902
3.01.01.03	Outras Receitas Operacionais		7.220.340	6.721.012
3.02	Resultado Bruto Atividade Principal		265.874.567	250.003.758
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais		-252.655.031	-223.240.589
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		-252.655.031	-223.240.589
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		-115.995.392	-104.057.892
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		-7.229.531	-11.296.087
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		-36.636.503	-27.415.286
3.03.01.04	Despesas com Materiais		-23.759.735	-21.399.804
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		-22.445.070	-18.521.932
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		-11.002.622	-9.222.520
3.03.01.07	Despesas com Provisões		-2.390.285	-240.421
3.03.01.08	Encargos Tributários		-1.006.418	-770.425
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social		-16.208.278	-16.443.549
3.03.01.10	Subvenções Enviadas a Entidades Congêneres		-15.981.196	-13.872.673
3.04	Resultado Líquido Atividade Principal		13.219.536	26.763.168
3.05	Resultado Atividades Subsidiárias		1.552.487	2.421.403
3.05.01	Receitas Atividades Subsidiárias		44.128.782	42.836.581
3.05.01.01	Vendas de Mercadorias		44.128.782	42.836.581
3.05.02	(-) Deduções Receitas Atividades Sustentáveis		-29.685.344	-28.934.743
3.05.02.01	(-) Devolução de Vendas		-3.336.863	-3.217.661
3.05.02.02	(-) Tributos e Contribuições		-970.748	-777.631
3.05.02.03	(-) Descontos e Abatimentos		-1.048.364	-846.076
3.05.02.04	(-) Custos das Vendas		-24.329.369	-24.093.376
3.05.03	(-) Despesas das Atividades Sustentáveis		-12.890.951	-11.480.434
3.05.03.01	Despesas com Pessoal		-6.905.562	-6.190.447
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários		-840.398	-743.122
3.05.03.03	Administrativas e Gerais		-2.198.080	-1.828.383
3.05.03.04	Despesas com Materiais		-305.023	-360.728
3.05.03.05	Conservação e Manutenção		-215.147	-223.890
3.05.03.06	Depreciação e Amortização		-469.558	-387.015
3.05.03.07	Despesas com Provisões		-1.339.124	-1.372.933
3.05.03.08	Encargos Tributários		-94.299	-18.122
3.05.03.09	Assistência e Orientação Social		-523.762	-355.794

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício	Último Exercício
			31/12/2016	31/12/2015
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		21.370.736	19.375.839
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		21.539.096	19.207.536
3.06.01.01	Receitas Financeiras		21.592.113	19.290.757
3.06.01.02	Despesas Financeiras		-53.017	-83.220
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		-168.360	168.302
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		433.151	1.528.636
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		-601.511	-1.360.334
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		-136.921	4.954.965
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	14	-136.921	4.954.965
3.07.01.01	Outras Receitas		3.650.966	6.939.618
3.07.02.01	Outras Despesas		-3.787.888	-1.984.654
3	Superávit do Exercício	15	36.005.838	53.515.375

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício	Último Exercício
		31/12/2016	31/12/2015
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.326.514	50.273.260
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	24.457.139	63.002.123
4.01.01.01	Superávit do Exercício	36.005.838	53.515.375
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	-11.234.082	9.605.393
4.01.01.03	Amortização do Intangível	-238.098	4.142
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	-76.519	-122.787
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizavel LP	-2.151.621	-8.849.284
4.01.02.01	Contas a Receber	-623.240	-6.146.386
4.01.02.02	Estoques	-2.678.533	-1.271.565
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	1.150.152	-1.431.333
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	7.020.996	-3.879.579
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	2.690.314	-1.119.924
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	-774.009	616.245
4.01.03.03	Fundos em Confiança	82.106	-842.312
4.01.03.04	Provisões	2.598.289	1.153.163
4.01.03.05	Adiantamento de Clientes	-14.495	-543.010
4.01.03.06	Outras Contas a Pagar	2.438.791	-3.143.742
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.914.432	-45.514.205
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-24.914.432	-45.514.205
4.02.01.01	Imobilizado	-25.330.789	-44.854.376
4.02.01.02	Intangível	416.358	-659.829
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	0	0
4.02.01.01	Recebimento e Pagamento de Empréstimo	0	0
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	4.412.082	4.759.055
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	203.427.423	198.668.368
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	207.839.505	203.427.423

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste Aval. Patrimonial	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
5.00	Saldo Inicial em 31 dezembro de 2014	325.551.358	61.677.677			387.229.035
5.01.01	Superávit/Déficit do Período				53.515.375	53.515.375
5.01.02	Recursos de Superávit		2.305.093		(2.305.093)	0
5.01.03	Transferência de Superávit de Recursos	51.210.282			(51.210.282)	0
5.01.04	Ajuste Imobilizado			11.722.992		11.722.992
5.01	Saldo em 31 dezembro de 2015	376.761.640	63.982.770	11.722.992	0	452.467.402
5.02.01	Superávit/Déficit do Período				36.005.838	36.005.838
5.02.02	Recursos de Superávit		10.570.943		(10.570.943)	0
5.02.03	Transferência de Superávit de Recursos	25.434.895			(25.434.895)	0
5.02	Saldo Final em 31 dezembro de 2016	402.196.535	74.553.713	11.722.992	0	488.473.240

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, inscrita no CNPJ sob nº 79.080.602/0001-56, também identificada por UNIÃO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucros, organizada e constituída como Igreja. Nos termos da Constituição Federal e do § 1º inciso IV do Art. 44 da Lei nº 10.406/2002, passou a ser considerada como **Organização Religiosa**. Seu Estatuto, arquivado sob número de ordem 15.451, no Livro A, em data de 01 de outubro de 2012, microfilmado sob o número 1.036.755 no 1º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, PR, prevê atividades de fins eclesiais e evangelísticos, bem como a distribuição de publicações religiosas, tendo o dever de supervisionar as atividades educacionais, assistenciais de saúde, mantidas em sua jurisdição por entidades adventistas.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados em Reais.

A UNIÃO SUL declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da UNIÃO SUL declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional. As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 levaram em conta, ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil. A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.



03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de mercadorias no decurso normal das atividades subsidiárias da UNIÃO SUL. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da UNIÃO SUL encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Dúvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de serviços e aquisição de material que serão utilizados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes eventos;

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas



úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva;

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a UNIÃO SUL liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: As receitas compreendem o valor justo das doações recebidas ou a receber pela venda de literatura cristã pelas atividades subsidiárias e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a doação ou venda puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;



c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da UNIÃO SUL se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da UNIÃO SUL.

03.15 Eventos Subsequentes: A UNIÃO SUL não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2016	31/12/2015
Clientes Nacionais a Receber	1.690.139	1.571.243
Adiantamentos de Férias para Funcionários	296.005	235.548
Entidade Congêneres a Receber	12.713	30.345
Impostos a Recuperar	82.889	31.536
Cheques em Cobrança	1.272.525	1.246.542
Operadoras de Cartões a Receber	2.678.750	2.390.475
Depósitos Judiciais a Receber	14.389	7.651
Prestação de Contas a Receber	3.931.126	5.137.843
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	-340.076	-416.595
Total a Receber Líquido	9.638.460	10.234.588

NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Contas a Receber – Corresponde contas a receber de clientes com previsão para realização após o término do exercício seguinte.



b) Empréstimo Entidade Congênere – Referente a um empréstimo realizado a Instituição de Saúde - Entidade congênere, para aquisição de um terreno para o novo Centro de Atendimento.

c) Depósito Judicial – Valor referente a depósitos judiciais com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

d) Impostos a Recuperar – Valor referente a Impostos pagos que retornaram de maneira dedutível nos pagamentos futuros.

e) Adiantamento Fornecedores – Valor referente a parcelas pagas antecipadamente para entrega de materiais.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber	296.500	372.466
Empréstimos Entidades Congêneres	4.366.341	3.040.000
Depósitos Judiciais	128.578	94.193
Impostos a Recuperar	18.012	6.885
Adiantamento Fornecedores	47.000	47.000
Total a Realizável a Longo Prazo	4.856.432	3.560.544

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2015	58.493.682	76.799.731	385.882	7.284.961	8.239.052	5.277.937	616.763	44.531.729	201.629.738
Aquisições e Baixas	23.323.178	18.334.552	362.318	2.643.131	2.131.020	4.414.740	136.586	4.941.953	56.287.478
Depreciações	0	(4.101.399)	(26.173)	(1.121.567)	(1.239.028)	(2.643.670)	(183.061)	(604)	(9.315.502)
Saldos 31 de dezembro 2015	81.816.860	91.032.885	722.027	8.806.525	9.131.044	7.049.007	570.288	49.473.079	248.601.714
Custo do Imobilizado	81.816.860	111.123.344	948.135	13.117.305	13.747.574	18.066.515	1.314.814	49.481.244	289.615.790
Depreciação Acumulada	0	(20.090.459)	(226.107)	(4.310.780)	(4.616.530)	(11.017.508)	(744.526)	(8.165)	(41.014.075)
Valor Residual	81.816.860	91.032.885	722.027	8.806.525	9.131.044	7.049.007	570.288	49.473.079	248.601.714
Saldos 1º de janeiro 2016	81.816.860	91.032.885	722.027	8.806.525	9.131.044	7.049.007	570.288	49.473.079	248.601.714
Aquisições e Baixas	12.906.134	6.780.973	489.482	3.338.315	2.178.202	4.073.703	316.937	17.276.942	47.360.689
Depreciações	0	(4.545.528)	(56.141)	(1.392.007)	(1.361.825)	(3.381.184)	(57.694)	(1.438)	(10.795.817)
Saldos 31 de dezembro 2016	94.722.994	93.268.330	1.155.369	10.752.833	9.947.422	7.741.526	829.532	66.748.582	285.166.586
Custo do Imobilizado	94.722.994	117.904.316	1.437.617	16.455.620	15.925.777	22.140.218	1.631.751	66.758.186	336.976.479
Depreciação Acumulada	0	(24.635.987)	(282.248)	(5.702.787)	(5.978.355)	(14.398.692)	(802.220)	(9.603)	(51.809.892)
Valor Residual	94.722.994	93.268.330	1.155.369	10.752.833	9.947.422	7.741.526	829.532	66.748.582	285.166.586

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2016 e 2015



- b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	15.861	15.861
Aquisições	659.225	659.225
Amortizações	(3.538)	(3.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	671.547	671.547
Custo do Intangível	3.536.229	3.536.229
Amortização Acumulada	(2.864.682)	(2.864.682)
Valor Residual	671.547	671.547
Saldos em 1º de janeiro de 2016	671.547	671.547
Aquisições	58.399	58.399
Amortizações	(3.538)	(3.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	726.408	726.408
Custo do Intangível	3.594.628	3.594.628
Amortização Acumulada	(3.101.342)	(3.101.342)
Valor Residual	493.287	493.287

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores a Pagar	17.128.421	14.438.107
Clientes a Pagar – Devoluções	259.938	73.011
Impostos Retidos a Pagar	148.569	51.103
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	2.680.664	2.849.047
Salários e Manutenção a Pagar	3.636.540	2.943.277
Entidade Congêneres a Pagar	7.605.672	6.117.485
Seguros a Pagar	21.488	18.782
Depósitos Não Identificados	850.973	1.061.504
Prestação de Contas a Receber	1.720.036	2.144.888
Total a Pagar Líquido	34.052.301	29.697.205



NOTA 08 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo referente obrigações com Fornecedores que terá sua liquidação após o término do exercício seguinte.

Passivo Não Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores a Longo Prazo	91.564	91.564
Total Exigível a Longo Prazo	91.564	91.564

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, Ajuste Avaliação Patrimonial e Reservas Alocadas, acrescidos do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As Reserva Alocadas representam Reservas para Contingências e Reservas destinadas a projetos já definidos.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2016, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2016. Para o exercício de 2017 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A UNIÃO SUL possui processos em andamento de natureza trabalhista e civil. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e civil, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2016:

Provisões	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Férias e Encargos	2.088.040	1.615.448
Provisões Trabalhistas	331.909	248.014
Provisões Jurídicas e Cíveis	177.311	197.382
Provisão para Contingências	2.392.330	330.458
Total de Provisões	4.989.590	2.391.301



NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da UNIÃO SUL conforme descrito no artigo 9, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- a) Dízimos e ofertas, voluntários, dos membros das igrejas e das atividades de seus Órgãos Membros;
- b) Doações, ofertas, subvenções e contribuições de pessoas físicas e jurídicas e de entidades públicas e privadas;
- c) Renda Patrimonial, de serviços, de seminários e de outras atividades subsidiárias mantidas.

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2016	31/12/2015
Contas Reavidas de Exercício Anteriores	76.251	353.768
Depósitos Bancários Não Identificados	687.258	845.220
Reversões de Provisões	970.900	1.308.623
Receitas de Inscrições em Eventos	1.916.558	4.432.008
Total de Outras Receitas	3.650.966	6.939.618

Outras Despesas	31/12/2016	31/12/2015
Contas Incobráveis	413.588	342.061
Despesas do Exercício Anterior	970.191	439.394
Outras Despesas com Eventos	2.404.109	1.203.198
Total de Outras Despesas	3.787.888	1.984.654

NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o Art. 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2015 e 2016 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a UNIÃO SUL adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.



NOTA 17 - IMUNIDADE DOS IMPOSTOS

Em virtude de a UNIÃO SUL ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "B" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 18 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, os artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR aprovado pelo Decreto 3.000/99.

Em virtude de a UNIÃO SUL ser sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS/PASEP calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97, e goza do benefício de não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98.

NOTA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A UNIÃO SUL, conforme os termos do Art. 14 do Estatuto Social, é uma organização religiosa, não tem finalidade lucrativa, não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou qualquer vantagem ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus membros, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2016 e 2015.

Curitiba, 31 de dezembro de 2016.

Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

Contador

CRC/RS 050929/O-5 T-PR



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como das Notas Explicativas, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as descrições expressas nas Notas Explicativas.

Curitiba, 25 de abril de 2017.


Marlinton Souza Lopes
Presidente


Charles Campanelli
Diretor


Edson Erthal de Medeiros
Administrador